

Ref.: SERPA, A. Margens de Salvador: A Produção do Espaço Periférico Metropolitano. In: LIMA, Paulo Costa; LUZ, Ana Maria de Carvalho; CARVALHO, Manoel José de; SERRA, Ordep (Orgs.). Quem Faz Salvador? Salvador-Bahia, 2002, p. 295-303.

**MARGENS DE SALVADOR:
A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PERIFÉRICO METROPOLITANO
Angelo Serpa¹**

Dois terços do tecido urbano de Salvador cresce às margens da atuação do Estado - em todas as suas instâncias: municipal, estadual e federal. A “outra” cidade, a planejada, objeto de intervenção e atuação das políticas públicas, ignora (ou tenta ignorar) sua existência. A produção do espaço “periférico” gera inúmeros problemas, mas também é rica em alternativas e possibilidades criativas. Como conhecer essa realidade? Como incorporá-la ao planejamento da cidade?

Em primeiro lugar, é preciso superar a velha dicotomia “centro versus periferia”, já que o processo de formação e consolidação de centralidades urbanas é dinâmico e requer uma escala de análise para hierarquização dos vários “centros” em um contexto regional, metropolitano e municipal. O espaço urbano é sempre fragmentado, mas também articulado, daí a idéia de uma hierarquia (relativa) de centros e periferias. Trabalhar o espaço urbano baseando-se numa rígida noção de “centro versus periferia” esconde, na verdade, uma rica diversidade de situações, expressa na idéia de “bairro”, como uma unidade morfológica e estrutural, seja o bairro central ou periférico. Aliás, central e periférico em relação a que? A quem?

Há, na verdade, duas “periferias”, como nos ensina o professor Roberto Lobato Corrêa, da Universidade Federal do Rio de Janeiro: aquela com urbanização de *status* e aquela com urbanização popular. As periferias nobres, valorizadas por amenidades físicas (mar, sol, verde), ganham infra-estrutura adequada e tornam-se bairros de *status*. Segundo Corrêa, em vista do sentido pejorativo do termo periferia, estes bairros “*fisicamente periféricos não são mais percebidos como localizados na periferia urbana, pois afinal de contas os bairros de status não são socialmente periféricos!*” (CORRÊA, 1993). A progressiva urbanização da favela, no entanto, advém ou da ação dos próprios moradores ou da sua capacidade de pressão sobre as instâncias governamentais, para implementação de alguma infra-estrutura.

É urgente a descentralização da gestão do espaço urbano em direção aos bairros. Aqui, a noção de autonomia é fundamental: autonomia de decisão, expressa na participação efetiva das comunidades locais no processo de planejamento urbano. O planejamento participativo implica na sensibilização e capacitação das comunidades locais. Não pode haver autonomia sem capacitação, sem informação. A noção de redes de relações sociais deve estar na base da formulação de uma estratégia, de uma metodologia de ação coletiva.

¹ Professor adjunto doutor do Departamento e Mestrado de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal da Bahia. E-mail: angeloserpa@hotmail.com

A idéia de bairro do planejador dificilmente coincide com a do morador. Os bairros devem ser vistos aqui como espaços vividos e sentidos, como lugares da experiência. Os bairros expressam e condicionam as redes de relações sociais, de vizinhança, de parentesco, de amizade e também as redes associativistas (igrejas, terreiros, associações de moradores, clubes de mães, etc.). Descentralizar o planejamento em direção aos bairros significa sobretudo dar voz e instrumentalizar os diferentes grupos e redes na gestão do espaço urbano.

A noção de “centro-periferia” dá conta das desigualdades sociais (já que hoje “periferia” está associada a bairros que concentram população de baixa renda), mas não das diferenças. O desigual é melhor ou pior. O diferente é apenas diferente. Descentralizar também significa buscar soluções de consenso entre os diferentes agentes/grupos, sem hierarquizar as diferentes vontades/identidades. Visto assim, redes informais, invisíveis, são tão importantes na gestão do espaço urbano quanto as redes formais, associativistas (em verdade, apenas 5% das pessoas integram redes associativistas).

As margens dos rios sempre foram local de surgimento de civilizações poderosas, desde os primórdios da civilização humana. Também a cidade popular, que cresce às margens da cidade oficial, precisa ser reconhecida por seus méritos. O conhecimento popular é apenas uma outra forma de conhecimento, nem pior nem melhor que o conhecimento acadêmico. Daí a necessidade do diálogo e da participação para a resolução dos problemas urbanos.

Contexto I: O Movimento de Bairro Não Morreu!

Quem disse que o movimento de bairro morreu? Tomou posse, em 16 de Fevereiro de 2001, poucos dias antes do carnaval, a nova diretoria executiva da Federação das Associações de Bairro de Salvador (FABS). Com auditório lotado de líderes comunitários, representantes do imenso universo das associações de moradores de Salvador, a nova diretoria promete lutar por uma cidade mais justa e democrática, reforçando, por exemplo, a participação da sociedade nos conselhos municipais de saúde e educação.

A posse da nova diretoria dá continuidade ao esforço de reestruturação da Federação, em sua luta por melhorias para os bairros de urbanização popular. A FABS foi fundada no final da década de 1970, em pleno regime militar, reunindo oito associações de moradores. Dez anos depois, já eram duzentas. A entidade surgiu como uma “ponte” entre a comunidade e o poder público, como alternativa ao clientelismo reinante na Câmara Municipal. Em 1982, a FABS se mobiliza na luta pela ocupação das “Malvinas” (hoje Bairro da Paz), obrigando o poder público a alguns compromissos, como a construção de creches e um posto de saúde.

Em 1986, a FABS conquista espaço na Câmara Municipal, na discussão do orçamento da cidade. O final da década de 1980 é marcado também pelas lutas por construção de passarelas para pedestres, com interdições das avenidas de vale. As chuvas de 1989 na cidade, com dezenas de mortos e centenas de desabrigados, levam a entidade a promover uma passeata gigante do Subúrbio Ferroviário até a Prefeitura. É dessa época também a realização do seminário “Desabrigados Nunca Mais”, onde surgem as primeiras idéias para que a FABS elabore um esboço de projeto popular para Salvador.

De acordo com o geógrafo Marcelo Lopes de Souza, professor da UFRJ, o espaço, para o ativismo de bairro, não é simplesmente um referencial indireto ou secundário para as lutas: “*Ele é um referencial direto e decisivo pois define territorialmente a base social de um ativismo, de uma organização, aglutinando grupos e por vezes classes diferentes*” (SOUZA, 1989). Visto assim, o espaço funcionaria como catalisador de referências simbólicas, contribuindo para o enfrentamento político de uma problemática com imediata expressão espacial: insuficiência dos equipamentos de consumo coletivo, problemas habitacionais, segregação sócio-espacial, intervenções urbanísticas autoritárias e deterioração da qualidade de vida urbana.

A década de 1990 é marcada por um refluxo do ativismo de bairro em um contexto de crise do movimento operário/sindical e do pensamento marxista. Para a FABS, estes anos são tempos de reestruturação interna na busca de identidade e participação política nos destinos da cidade. Busca-se também a consolidação das relações com a universidade, as organizações não-governamentais, o movimento negro e de mulheres.

Com a posse da nova diretoria da FABS, o movimento de bairro em Salvador ganha novo alento, exatamente no momento que a Prefeitura de Salvador coloca em xeque o Conselho Municipal de Saúde, destituindo alguns dos conselheiros e nomeando outros, sem representatividade popular. Tal arbitrariedade acontece depois que a prefeitura não teve suas contas de 2000 aprovadas pelo referido conselho. A FABS promete lutar pela revisão de tal medida, promovendo manifestações e passeatas como nos velhos tempos. Quem sabe não consegue também participar da discussão do novo Plano Diretor de Salvador, que vem sendo elaborado a sete chaves pelos técnicos da prefeitura e por consultores da universidade e do terceiro setor?

Contexto II: Sobre a revisão do Plano Diretor de Salvador

O economista francês Alan Lipietz acredita que, paralelo à mundialização dos mercados, estamos assistindo a um retorno triunfal da política, com a operacionalização do conceito de “governança” nas esferas dos poderes locais. Governança significaria a atuação da sociedade política local mais os notáveis (artistas, intelectuais...) e as municipalidades, sem a interferência das forças dos mercados globalizados. É, em última instância, a capacidade local de auto-gestão. Sob a ótica de Lipietz, a dialética entre o “global” e o “local” reflete-se de modo diferenciado nas distintas formas de *governança* (LIPIETZ, 1994).

Para a arquiteta e urbanista Rose Compans, da prefeitura do Rio de Janeiro, o conceito de *governança* vem sendo apropriado pelo Banco Mundial, desde os anos 80, para a reorientação de sua política urbana nos países subdesenvolvidos. Segundo Compans, o objetivo central desta nova política é o aumento da produtividade urbana:

a solução é a implementação de um programa de reforma urbana coerente com o processo de reestruturação econômica, acompanhada de uma reforma institucional na qual o setor privado desempenharia um papel crescente na provisão de serviços públicos (COMPANS, 2000).

A política do Banco Mundial acabou influenciando - de modo decisivo - mudanças na agenda local dos países do Terceiro Mundo, em vista do processo de descentralização e da redução dos repasses federais que ocorreu na maioria desses países. Neste processo, competitividade e auto-

sustentabilidade passaram a ser palavras de ordem para os governos locais, em detrimento de princípios como solidariedade e autonomia. A grande questão é se, de fato, a política do Banco Mundial não estaria trazendo para dentro das esferas administrativas locais a lógica dos mercados globais, inviabilizando a capacidade de auto-gestão das cidades e, por conseguinte, sua “governança”.

A elaboração do Plano Diretor de Salvador ilustra bem a perda de autonomia das sociedades locais no processo de gestão da cidade. A metodologia, os estudos e as perspectivas do Plano Diretor foram apresentados a um público seleto de empresários e políticos em um seminário no Fiesta Bahia Hotel e divulgados na imprensa como *“a forma mais inteligente para definir o traçado de uma cidade”* (Jornal A Tarde, 28/11/1999). É nos gabinetes da Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal que vêm sendo detalhadas as etapas do plano (com a colaboração, inclusive, de ONGs obscuras, que funcionam, muitas vezes, como para-estatais, prestando bem remunerados serviços de consultoria). De acordo com os técnicos da Seplan, o trabalho está dividido em cinco etapas e alguns estudos já foram concluídos na área econômica. A falta de transparência na elaboração do Plano Diretor contraria frontalmente o conceito de *governança* e a autonomia da sociedade soteropolitana na gestão da cidade. É nula a participação popular no processo.

Outra reportagem do Jornal A Tarde anuncia: *“Plano Diretor Obsoleto Gera Caos em Salvador”*. A matéria atribui à desatualização do Plano Diretor a invasão do comércio em áreas residenciais e a não participação da comunidade no enfrentamento dos problemas urbanos. Ainda de acordo com o texto, a Salvador do presente ainda tem muitas contas a acertar com o seu passado para construir um bom futuro e trabalha com uma imagem defasada, de 16 anos atrás, já que o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, ainda em vigência, data de 1985 (Jornal A Tarde, 29/01/2001).

Para os não iniciados no assunto, o Plano Diretor é um instrumento de planejamento urbano, um conjunto de leis e normas, que norteia, por exemplo, o uso e a ocupação do solo, a distribuição de infra-estrutura e equipamentos públicos, direcionando e priorizando também os investimentos públicos e privados no desenvolvimento futuro das cidades. Para quem não sabe, um novo Plano Diretor para Salvador vem sendo elaborado pela Secretaria Municipal do Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente (Seplan), desde 1999.

Coordenada pela Seplan, a revisão do Plano Diretor de 1985 está sendo discutida até o momento *“no âmbito das instituições públicas e técnicas, mas há a previsão de que o debate seja ampliado”*, de acordo com a já citada reportagem de A Tarde. Os técnicos reconhecem que, entre os desafios, *“está a necessidade de atender melhor à população das chamadas invasões. As ações apontam para programas que garantam conforto urbano a partir de iniciativas que sejam traçadas em conjunto com as comunidades atendidas”* (Jornal A Tarde, 29/01/2001).

A pergunta que não quer calar é quando, afinal, a Prefeitura tomará a iniciativa de envolver as populações dos bairros populares na elaboração do novo Plano Diretor da cidade. Não se tem notícia, por exemplo, de que a Federação das Associações de Bairro de Salvador (FABS), entidade com mais de 20 anos de existência e que reúne 250 representações dos bairros de urbanização popular da cidade, tenha sido convidada ou sequer consultada para a revisão do Plano.

Entre os planejadores urbanos é quase consensual a idéia de que o controle do uso do solo e a disposição da forma dos povoamentos são por si mesmos insuficientes para resolver os problemas das cidades contemporâneas. Conforme o geógrafo inglês David Clark,

embora incorpore um elemento físico, o planejamento geral representa uma abordagem globalmente mais adequada para os problemas urbanos do que o planejamento do *design* e envolve estratégias relacionadas com o emprego, moradia, transportes e prestações de serviços (CLARK, 1985).

Ou seja, desacompanhado de uma política social eficiente, um novo Plano Diretor dificilmente terá algum efeito significativo sobre os destinos da Soterópolis.

Em uma cidade, onde 70% da população vive em terrenos com situação fundiária irregular, em bairros que cresceram espontaneamente, portanto sem planejamento algum, defender a idéia de que um novo Plano Diretor nos salvará do caos vivido no presente é, para dizer o mínimo, uma ingenuidade, uma panacéia. Mais eficaz certamente seria um programa oficial de regularização fundiária abrangente, focado principalmente nos bairros populares da cidade.

Contexto III: Sobre o Livro “Fala, Periferia!”

O livro *“Fala Periferia! Uma reflexão sobre a produção do espaço periférico metropolitano”* (Coleção Ufba em Campo – Estudos, Salvador: EDUFBA, 2001) é resultado de um esforço de pesquisa de mais de cinco anos. Primeiro, como bolsista recém-doutor do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) junto ao grupo de pesquisa “Paisagem e Ambiente”, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, coordenado pelo Professor Sílvio Soares Macedo, durante todo o ano de 1995. A partir de 1996, como coordenador do Projeto Espaço Livre de Pesquisa-Ação, do Departamento e Mestrado de Geografia, da Universidade Federal da Bahia, onde passei a atuar também, naquele mesmo ano, como professor adjunto com dedicação exclusiva. Nos anos de 1999 e 2000, pude contar novamente com o apoio do mesmo CNPq, que financiara - como já dito - o início dos trabalhos em São Paulo, desta vez através de uma bolsa de produtividade em pesquisa.

Em São Paulo, as pesquisas se concentraram sobretudo na Zona Leste, nos populosos bairros de Itaquera, Guaianazes e São Miguel Paulista. O projeto Espaço Livre de Pesquisa-Ação, desenvolvido em Salvador, integra, desde o início dos trabalhos, estudantes de graduação, pós-graduação e pesquisadores com atuação em áreas de urbanização popular, com o objetivo de produzir subsídios técnicos para o planejamento de áreas carentes e periféricas, disponibilizando sobretudo informações colhidas e sistematizadas junto às comunidades pesquisadas (Bairros de Plataforma, Pirajá, Cajazeiras, São Tomé de Paripe, Ribeira e Curuzu).

O “Espaço Livre” é uma pesquisa que articula diferentes variáveis - transporte público, comércio e serviços, espaço livre público, saneamento e identidade cultural - na escala do bairro. As variáveis foram trabalhadas de modo específico nos diferentes sub-projetos² e levantadas em

² Estiveram à frente das pesquisas e dos levantamentos de campo Gil Carlos Silveira Porto (Espaço Público), Jânio Laurentino de Jesus Santos (Comércio e Serviços), Markus Spitzbart, Sandro dos Santos Correa (Saneamento) e

campo com auxílio de entrevistas e aplicação de questionários. Levantamentos cartográficos, fotográficos, bem como o levantamento de informações estatísticas e de dados históricos junto aos órgãos públicos, arquivos e bibliotecas foram também parte integrante da metodologia aplicada para obtenção de dados secundários.

Há, nas páginas do livro, um enorme esforço de reflexão sobre a produção do espaço periférico metropolitano, a partir da sistematização dos dados obtidos nos bairros de urbanização popular em São Paulo e Salvador. Acreditamos que esse esforço de teorização a partir de uma ampla base empírica pode ajudar a entender o funcionamento desse imenso universo invisível das periferias metropolitanas, tão cheias de problemas, mas também tão ricas em soluções criativas. Acreditamos que o livro pode também subsidiar um planejamento urbano descentralizado em direção aos bairros, a partir de demandas locais melhor analisadas e explicitadas. Queremos crer também que os estudos apresentados são exemplares no sentido de entender o conflito de classes das metrópoles capitalistas, expresso em uma produção espacial desigual e excludente, comum a outras áreas metropolitanas do país.

Uma Reflexão Sobre a Produção do Espaço Periférico Metropolitano: Alguns resultados de pesquisa

As periferias das grandes cidades brasileiras são, via de regra, o lugar de residência da população de “baixa renda”. Diferenciam-se do resto da cidade pela precariedade da configuração espacial. Em geral, os bairros periféricos – de “urbanização popular” - são uma miscelânea de parcelas de tecido urbano tradicional, de crescimento espontâneo, com parcelas constituídas de espaços planejados pelo poder público, conjuntos habitacionais caracterizados em sua maioria por um absoluto desprezo pela qualidade do projeto de arquitetura e urbanismo e com clara preferência por soluções uniformizadas (BONDUKI, 1993).

No tocante ao sistema de espaços livres públicos nota-se a concentração dos usuários em determinados (e poucos) espaços mais centrais, em detrimento de (muitos) outros, em geral abandonados. Os estudos de caso mostram bairros segregados, onde há isolamento não só em relação ao exterior, mas também um isolamento de áreas no interior dos bairros. A falta de planejamento e o grande número de construções irregulares fecham acessos e impedem a circulação, isolando áreas, onde se pode encontrar algumas praças e largos de importância local.

A integração de cada lugar mede o número de outros espaços que intermediam a transição para todas as outras partes do sistema (...) Os espaços que são mais integrados num dado sistema constituem seu núcleo integrador. A distribuição desses núcleos é uma das estruturas subjacentes pelas quais podemos caracterizar sistemas urbanos (PEPONIS, 1992).

De acordo com Milton Santos, o espaço é uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação:

Suely dos Santos Coelho (Transporte Coletivo). Com exceção do primeiro, todos são co-autores do livro “Fala, Periferia!” (Salvador: EDUFBA, 2001).

Sempre que a sociedade sofre uma mudança, as formas ou objetos geográficos assumem novas funções; a totalidade da mutação cria uma nova organização espacial. Em qualquer ponto do tempo, o modo de funcionamento da estrutura social atribui determinados valores às formas (SANTOS, 1992).

A urbanização extensiva que marca a sociedade contemporânea se dá dentro da lógica dos diversos agentes formadores do espaço urbano: a captura dos “momentos” destes processos é essencial para se compreender o continuum têmporo-espacial em que a descentralização/periferização urbana ocorrem (PAVIANI, 1994). A apropriação social dos espaços livres das edificações em áreas de “*urbanização popular*” insere-se neste contexto de descentralização/periferização: o entendimento da dinâmica de formação e consolidação de centralidades no interior dos bairros pode ser a chave para a formulação de um novo ideário em políticas de intervenção urbana.

Estas centralidades resultam de um processo lento e cotidiano de “demarcação do território” e se traduzem em formas espaciais com forte identificação com os habitantes dos bairros periféricos. O surgimento do comércio e dos serviços determina, por outro lado, uma hierarquia de centralidades no interior dos bairros, com a concentração natural de passantes/usuários nestes locais. Surge, também, uma hierarquia dos espaços livres (ruas, praças, largos), uns mais centrais (com uma apropriação mais intensa) que outros (com uma importância local relativa).

Várias pesquisas foram direcionadas para o conhecimento das áreas de influência de determinados espaços em suas áreas circunvizinhas. A teoria de maior expressão foi desenvolvida em 1933, por Walter Christaller, a Teoria das Localidades Centrais; estes postulados teóricos buscavam explicar a influência que os centros urbanos, com uma oferta de produtos e serviços maior, exerciam sobre outros centros menores.

No estudo das periferias urbanas, esta lógica deve ser, no entanto, relativizada, na medida em que os centros nem sempre exercem relação de interdependência, não constituindo necessariamente uma rede hierárquica conforme os postulados de Christaller. As centralidades mais especializadas na periferia nem sempre servem às áreas de menor especialização. Também, o poder de atração das centralidades não vai se dar segundo a proximidade de um núcleo. Um fator importante são as facilidades de acesso que o núcleo comercial ou de serviços oferece ao consumidor.

O raio de atração dos centros por não seguir, necessariamente, a lógica da proximidade, mais sim da acessibilidade, produz uma outra lógica, que surge como um paradoxo - o próximo não é necessariamente o próximo, mais sim aquele que é mais fácil alcançar. As entrevistas realizadas no âmbito do Projeto Espaço Livre evidenciaram que algumas pessoas que moravam muito distantes de alguns núcleos pesquisados, diziam que utilizavam os serviços e comércio devido à proximidade e não à acessibilidade.

As pesquisas evidenciaram também que determinadas centralidades na periferia exercem influência apenas sobre os consumidores das suas imediações. Esta influência é determinada pelo grau de especialização de sua estrutura comercial e de serviços. Esta especialização, por sua vez, é fruto tanto das facilidades de acesso e circulação que um determinado núcleo comercial oferece, quanto do poder de renda dos consumidores que costumam utilizar o comércio e os

serviços do local. Mesmo dentro de um bairro, ocorrem estas diferenciações no raio de influência das centralidades de comércio e de serviços.

Porém, não são só as questões de acessibilidade, circulação e renda que influenciam o poder de atração de um centro na periferia. Outros fatores podem influenciar este fenômeno. Dentre os mais importantes coloca-se a proximidade, o fato de ser uma área de ligação, a oferta de emprego de um núcleo e o preço dos produtos e serviços. O fator proximidade é o que prevalece nos centros menos especializados na periferia, pois a diferenciação do valor dos produtos não é tão significativa e a quantidade adquirida pelo consumidor é muito pequena, compensando o preço. Nas áreas de maior especialização, este fator também é muito importante, porém não é determinante.

Quanto às vias de ligação ou de passagem, percebe-se que nas centralidades de bairro não são um fator preponderante. Apenas influenciam algumas centralidades que estão localizadas próximas aos terminais de transporte coletivo ou pontos de ônibus importantes. Aqueles núcleos que apresentam maior especialização e funcionam como um eixo de ligação exercem alguma atração, mesmo que nem todos os passantes consumam ali. A oferta de emprego no núcleo também influencia o seu poder de atração sobre os consumidores. Muitas pessoas utilizam-se dos produtos e serviços oferecidos num determinado núcleo comercial e de serviços apenas por trabalhar no local. Núcleos de bairro, por seu baixo grau de especialização, oferecem pouquíssimas oportunidades de emprego.

Considerando a importância do transporte público nos bairros periféricos pesquisados, verifica-se que as condições de acesso além de estarem vinculadas às vias de circulação, relacionam-se também com as opções de linhas de trajeto, a quantidade de veículos e, principalmente, com a localização das paradas de ônibus, já que as mesmas implicam em maiores ou menores distâncias a serem percorridas a pé pelos usuários do sistema até seu local de destino.

Constata-se uma estreita relação entre a acessibilidade, evidenciada nas condições das vias de circulação, e o surgimento/estabelecimento de atividades comerciais e de serviços. As condições de acesso se tornam vitais para consolidação de um núcleo comercial em um bairro; vias em má conservação podem inviabilizar a formação de centralidades, devido à dificuldade de circulação tanto de veículos quanto de pedestres.

As facilidades de deslocamento, refletidas nas condições de atendimento e locomoção, irão contribuir para uma modificação no valor do solo, valorizando-o. Portanto, segundo ROCHA (1998), *"o transporte urbano interfere no uso do solo e dele recebe influências diretas"*, ao se constatar tal relação, *"pode-se dimensionar os impactos negativos da falta de planejamento e do descontrole do uso do solo urbano no equacionamento do problema do transporte urbano"*.

Raciocinando nessa direção, BRAGA (1994) observa que:

Ao tempo que são rapidamente geografizados os interesses do capital nos equipamentos de circulação, custando ao poder público vultosos investimentos, retirados, naturalmente, do capital social, os equipamentos de circulação que interessam de forma específica aos trabalhadores não despertam a atenção do poder público. As vias de ligação inter e infra bairros de residência de trabalhadores, os equipamentos de segurança no trânsito, só são

conquistados após longo processo de mobilização, denúncias, reivindicação, e apresentam, quando construídos, qualidades técnicas inferiores, o que evidencia economia de custos. As mobilizações dos moradores demonstram que os investimentos nos equipamentos coletivos de circulação se fazem de forma seletiva, segundo interesses de classe, e revelam, também, que alguns desses equipamentos representam interesses específicos dos trabalhadores (BRAGA, 1994).

As pesquisas mostram, no entanto, que mesmo entre os bairros de urbanização popular há diferenças significativas no atendimento das necessidades de transporte da população. Bairros próximos a grandes estações de transbordo ou que apresentam algum interesse para a atividade turística são melhor atendidos pelas empresas de ônibus. Há, em alguns casos, diferenças no interior dos bairros quanto à distribuição das paradas e da frota existente, com os trajetos dos ônibus priorizando as áreas de interesse turístico (localizadas na orla marítima) em detrimento das áreas mais interiores e menos valorizadas.

Geralmente a localização da infra-estrutura – paradas, pontos com cobertura, vias asfaltadas – também é diferenciada, privilegiando as áreas citadas anteriormente, que coincidem muitas vezes com os núcleos históricos dos bairros, mais consolidados e que concentram população com maior poder aquisitivo. O problema do relevo acidentado e da ocupação desordenada e sem planejamento é uma dificuldade adicional, inviabilizando, muitas vezes, o acesso dos ônibus.

Descentralizar o planejamento urbano e paisagístico em direção aos bairros: Experiências de Gestão Participativa do Espaço Público no âmbito das atividades do Projeto Espaço Livre

Um olhar fenomenológico sobre o espaço urbano evidencia, segundo Marcelo Lopes de Souza, que

o bairro corresponde a uma certa parcela da cidade que, por força de relações sociais, constitui para o indivíduo um espaço sentido e vivido (...) É certo que um fragmento urbano, por mais que encerre unidade de composição material e social, se não desperta o menor afeto, a menor empatia (...) não é um bairro, mas tão-somente uma parcela de cidade singularizável por este ou aquele critério (SOUZA, 1989).

Para o arquiteto italiano Aldo Rossi, o “*bairro*” está intimamente ligado à evolução e à natureza da cidade: o bairro é uma unidade morfológica e estrutural, caracterizado por uma certa paisagem urbana, por um certo conteúdo social e por uma função; o bairro é também um fato social “*baseado na segregação de classe ou de raça, nas funções econômicas*” (ROSSI, 1998).

Ainda na visão de Souza, há, no período contemporâneo, uma valorização evidente do bairro, mas é necessário verificar em que termos se dá esse processo, seus impasses, seus perigos e suas virtudes. O autor acredita na autogestão das cidades, como o instrumento mais adequado para o encaminhamento das questões relacionadas ao planejamento e às intervenções urbanas:

A descentralização da gestão do espaço urbano, liberando potenciais criativos adormecidos ou aprisionados far-se-á acompanhar por uma descentralização dos benefícios, não somente ‘racional’, mas humana e democrática (SOUZA, 1989).

É preciso sobretudo embasar cientificamente um planejamento urbano baseado nos mecanismos de autogestão e participação, entendendo os “bairros” como espaços de vivência e áreas prioritárias de intervenção:

A fragmentação e a articulação do espaço urbano, seu caráter de reflexo e condição social são vivenciados e valorados das mais diferentes maneiras pelas pessoas. O espaço urbano torna-se, assim, um campo simbólico que tem dimensões e significados variáveis segundo as diferentes classes e grupos étnico, étnico etc. (...) as áreas residenciais fornecem meios distintos para a interação social, a partir da qual os indivíduos derivam seus valores, expectativas, hábitos de consumo, capacidade de se fazer valer e estado de consciência (CORRÊA, 1997).

Com base nessas idéias, o projeto Espaço Livre de Pesquisa-Ação concluiu os trabalhos de recuperação de duas praças nos bairros de Plataforma (Praça do Mabaço de Baixo) e Pirajá (Praça do Buraquinho), no Subúrbio Ferroviário de Salvador. Os trabalhos de recuperação das praças foram executados pelos próprios moradores em regime de mutirão; os materiais comprados com recursos da União Européia.

Em Pirajá, os trabalhos foram orientados por Fábio Angeoletto³, biólogo e mestre em arquitetura e urbanismo, e contaram com a participação dos moradores desde a concepção do projeto até a implantação, que viabilizou a canalização de um esgoto a céu aberto e a construção de uma área de estar com bancos de alvenaria e vegetação. No dia 8 de Julho de 2000, os moradores da comunidade de Buraquinho comemoraram a conclusão dos trabalhos, com debates sobre a importância da gestão participativa do espaço público.

Em Plataforma, os trabalhos contaram com o apoio e colaboração – imprescindíveis – das Comissões de Saúde e Meio-Ambiente, da Associação de Moradores de Plataforma – AMPLA, e do engenheiro ambiental Markus Spitzbart, pesquisador do Horizonte 3000 (antigo Serviço Austríaco de Cooperação para o Desenvolvimento); a praça, com área de estar, jardineiras e parquinho infantil, foi inaugurada em setembro de 2000.

Nos bairros de Plataforma e Pirajá, os levantamentos do Projeto Espaço Livre de Pesquisa-Ação vêm subsidiando também outras experiências-piloto em parceria com os moradores. Exemplos disso são, além das duas praças projetadas e implantadas, o plantio de 200 mudas de árvores frutíferas nos quintais de Pirajá, com a colaboração de estudantes da Escola Estadual Alberto Santos Dumont, a montagem de espetáculos teatrais que resgatam a história e a identidade de Plataforma com jovens do bairro, sob a coordenação de Marcio Lima (ator, bolsista da DKA-Austria, co-autor do livro “Fala, Periferia!”) e a implantação de um programa de coleta seletiva e compostagem de lixo orgânico no Mabaço de Baixo, em Plataforma, sob a coordenação de Markus Spitzbart⁴.

As experiências do Projeto Espaço Livre nos bairros de Plataforma e Pirajá mostram a possibilidade de se trabalhar com o resgate do sistema de significações dos habitantes dos bairros

³ Também é co-autor do Livro “Fala, Periferia!”.

⁴ Essas experiências são descritas e analisadas com detalhes no Livro “Fala, Periferia!”.

de urbanização popular, como estratégia de planejamento no contexto urbano, restabelecendo (e valorizando) as particularidades dos lugares e consolidando os usos e formas de apropriação social do espaço.

Trata-se fundamentalmente de estimular a participação popular nos processos de planejamento, fomentando a consolidação de usos já existentes e criando canais de expressão e representação concreta do “conjunto de significações” dos habitantes dos bairros de urbanização popular. Em Plataforma, um exemplo evidente de planejamento vertical, onde a “metalinguagem” dos arquitetos e paisagistas prevalece – e é imposta “de cima para baixo” à população do bairro – é a requalificação da Praça São Brás, espaço histórico e central, uma antiga reivindicação da Associação de Moradores.

A praça foi recuperada com a adoção de estratégias autoritárias, sem discussão com os moradores, e com o uso de materiais (e repertório) comuns a outros espaços de lazer da cidade, não levando em consideração as particularidades do local. Apesar dos protestos da comunidade, gameleiras centenárias foram derrubadas para ceder lugar à vegetação de pequeno porte, confinada entre canteiros, como nos projetos de praças e parques realizados nos bairros “nobres” da cidade.

A recuperação da pequena praça no Mabaço de Baixo, localizada no mesmo bairro, mostra a possibilidade de aplicação de um planejamento horizontal, mais sintonizado com as aspirações dos moradores. Espaços de lazer e encontro, as praças podem funcionar muito bem como objeto de um planejamento mais humano e que leve em consideração a dimensão do vivido, do sonho, do desejo e do prazer, de que fala Henri Lefebvre (LEFEBVRE, 1991).

Note-se que não estamos falando aqui daquele “homem do lazer” médio, que, nas palavras do filósofo Jean Baudrillard, “nas condições de disponibilidade criativa enfim realizadas (...) procura desesperadamente um prego para pregar, um motor para desmontar” (BAUDRILLARD, 1995), e encara o tempo livre, em última instância, como “material de troca”. O “homem do lazer” que se persegue aqui é aquele consciente do seu direito à vida urbana – transformada, renovada – e que busca no espaço urbano sua “realização prático-sensível” (LEFEBVRE, 1991).

Referências Bibliográficas

BAUDRILLARD, J. *Para uma crítica da economia política do signo*. Rio de Janeiro: Elfos Ed.; Lisboa: Edições 70, 1995.

BONDUKI, N. *Arquitetura e Habitação Social em São Paulo 1989-1992*. São Paulo: Instituto dos Arquitetos do Brasil e Fundação Bienal de São Paulo, 1993.

BRAGA, R.B. *Conhecendo a cidade pelo avesso. O caso de Salvador*. Belo Horizonte: Livraria Del Rey Editora, 1994.

CLARK, D. *Introdução à Geografia Urbana*. São Paulo: Difel, 1985.

CORRÊA, R.L. *O espaço urbano*, 2ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1993.

CORRÊA, R.L. *Trajetórias geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

COMPANS, R. A Estratégia de Desenvolvimento Local do Banco Mundial. CD ROM. *Anais do VIII Colóquio Internacional sobre Poder Local*. Salvador: NEPOL/CPD/UFBA, 2000.

JORNAL A TARDE. *Plano diretor de Salvador para controlar ordenamento do solo*. Salvador, 28/11/1999, p. 10 (Local).

JORNAL A TARDE. *Plano diretor obsoleto gera caos em Salvador*. Salvador, 29/04/2001, p. 7 (Local).

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

LIPIETZ, A. O local e o global: personalidade regional ou inter-regionalidade. In: *Espaço & Debates*, v. 38, "Nova Dimensão Regional", p. 10-20. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, 1994.

PAVIANI, A. A lógica da periferização em áreas metropolitanas. In: Santos M. & Souza, M.A. A. (orgs). *Território, Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

PEPONIS, J. Espaço, Cultura e Desenho Urbano. *AU - Arquitetura e Urbanismo*, Número 41, p. 78-83. São Paulo: Pini, 1992.

ROCHA, F. U. S. *Nem só quem tem fé vai a pé: Subsídios à uma política para o pedestre em Salvador*. Monografia de especialização. Salvador: Escola de Serviço Público-FUNDESP/Universidade Estadual de Feira de Santana, 1998.

ROSSI, A. *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SANTOS, M. *Espaço e Método*. 3ª edição. São Paulo: Nobel, 1992.

SOUZA, M. J. L. O bairro contemporâneo: ensaio de abordagem política. *Revista Brasileira de Geografia*, 51 (2), p. 140-172. Rio de Janeiro: IBGE, 1989.